



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Discurso

(Interpelação ao Governo Regional sobre a conceptualização e operacionalização de uma estratégia açoriana para a protecção e exploração do Mar dos Açores)

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Esta interpelação ao Governo Regional sobre a conceptualização e operacionalização de uma estratégia açoriana para a protecção e exploração do Mar dos Açores surge no contexto da extensão da plataforma continental portuguesa. No melhor dos cenários, poderá ser acrescentada, a curto prazo, uma área de 2.150.000 km² à jurisdição marítima portuguesa. Neste cenário, o contributo açoriano será de 1.400.000 Km². **Se somarmos o espaço da ZEE açoriana (953.633km²) com a área da plataforma continental açoriana reivindicada, podemos concluir que o espaço marítimo açoriano atingirá, dentro de poucos anos, a impressionante área total de 2.353.000km². Ou seja, 60,75% do espaço marítimo sobre jurisdição nacional.**

A simples constatação da dimensão esmagadora destes números seria suficiente, só por si, para justificar que esta Assembleia dedique uma manhã a discutir as imensas potencialidades do Mar dos Açores. Foi por isso que decidimos provocar este debate. Fizemo-lo, também, na sequência do discurso



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

aqui proferido pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, no âmbito da discussão do último Plano e Orçamento da Região. Não temos, nesta matéria, uma visão estratégica muito diferente da que tem sido seguida pelo Governo Regional e pela grande maioria dos partidos aqui representados.

Consideramos, aliás, que esta é uma das matérias em que é essencial convergir e juntar esforços. O pluralismo político, ideológico e de projecto é vital para a qualidade da democracia. No entanto, o conflito político artificial e a quezília partidária permanente não são saudáveis quando estão em causa matérias de natureza claramente unificadora da nossa identidade e destino colectivo. **Eu diria que o Mar dos Açores é uma daquelas matérias em que a história e o futuro legitimam e aconselham uma postura de unidade democrática - de partilha de ideias e de responsabilidades.**

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Esta iniciativa está, por isso, imbuída desse espírito de generosidade em prol do desenvolvimento de um sector fundamental para a economia dos Açores. Não se procurou colocar o Governo Regional em dificuldades perante um debate marcado em cima da hora. Aliás, nunca, na História parlamentar dos Açores, uma interpelação foi agendada com tanto tempo de antecedência. O Governo Regional, e todos os partidos representados neste Parlamento, tiveram 57 dias para preparar este debate.



Alguns dirão que esta iniciativa, agendada em condições tão vantajosas para o Governo Regional, constitui uma autêntica boleia potencial para o executivo. Não hesito em dizer que assim é. Pretendi, desde o início, que o Governo Regional pudesse alcançar um desempenho de qualidade nesta matéria e que aqui pudesse desenhar uma estratégia coerente e informada para a protecção e exploração do imenso potencial do Mar dos Açores. O prémio político que procuramos é a qualidade e o interesse do debate sobre o nosso mar.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A primeira questão que coloco tem uma natureza essencialmente geopolítica. Portugal não é apenas uma mera nação peninsular – de regresso à dimensão territorial do século XIV – devido, em grande parte, aos Açores. Somos nós que permitimos que este país alcance uma área de soberania de quase 4.000.000 km².

A simples constatação deste facto está longe de estar plenamente assimilado pelos políticos da República, pelos órgãos de comunicação social do continente e pela população em geral. A ideia geral, instalada em muitos sectores de opinião, é que as regiões autónomas são apenas um fardo orçamental. Esta ideia deve ser eficazmente combatida pelos órgãos de governo próprio da Região.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Nos nossos documentos, nas nossas propostas e nas nossas tomadas de posição públicas, a real importância dos Açores para o futuro do país deve ser repetidamente salientada. Como já disse em ocasiões anteriores, nós não somos apenas uma parte do país. Nós somos a grande parte do país.

É certo que, de forma esporádica, alguns agentes políticos e económicos açorianos afloram esta questão. **O que propomos, no entanto, é a consagração institucional deste discurso. A plena e permanente reivindicação da grandeza marítima da nossa Região e do papel ímpar e decisivo que ela desempenha na projecção geopolítica deste país.** Consideramos esta questão fundamental, nem que seja apenas para iluminar os cérebros daqueles que teimam em nos minorizar, nomeadamente na questão das transferências do Orçamento de Estado.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A segunda questão que queremos aqui levantar tem a ver com a forma como, no futuro, os imensos recursos da nossa ZEE e da plataforma continental adjacente serão explorados pelo Estado e que contrapartidas e mecanismos de segurança a Região poderá activar.

Vejamos o caso da política de conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da política comum de pescas da União Europeia. Nesta área, Portugal cedeu, efectivamente, os seus direitos de soberania à União



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Europeia. Os resultados, observados em perspectiva, não podem ser considerados positivos. O país perdeu cerca de 50% da sua capacidade de captura e tornou-se deficitário, na mesma percentagem, em relação ao consumo de peixe. Neste contexto, os Açores foram a Região do país mais prejudicada. **Enquanto a ZEE do território continental ficou blindada, até pelo menos 2013, a ZEE dos Açores sofreu uma intrusão em cerca de 50% da sua área. Fomos, verdadeiramente, a moeda de troca no âmbito da Política Comum de Pescas.**

Ora, é previsível, ou pelo menos expectável, – dados os antecedentes na Política Comum de Pescas – que os enormes recursos não biológicos dos fundos marinhos da ZEE açoriana e da plataforma continental adjacente venham a ser, no futuro, explorados em parceria com outros Estados e grandes empresas internacionais.

Neste âmbito, os órgãos de governo próprio dos Açores terão de passar a ter um papel decisivo e incontornável em qualquer acordo que o Estado português venha a assumir no âmbito da exploração da nossa ZEE e da respectiva plataforma continental adjacente. **A nossa proposta é simples: os recursos não biológicos do Mar dos Açores não serão cedidos sem o nosso consentimento e contrapartidas aceitáveis para a Região.**

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A terceira questão, que queremos relevar neste debate sobre o Mar dos Açores, prende-se com as políticas de preservação e protecção dos ecossistemas marinhos localizados nas nossas áreas de jurisdição marítima. **Nesta área, a posição do PPM é claramente conservacionista. Estamos alarmados com algumas posições científicas que sustentam a possibilidade de ruptura do equilíbrio de alguns ecossistemas marinhos.** Reconhecemos e acompanhamos o esforço que tem sido realizado pelo Governo Regional no âmbito da criação de áreas marinhas protegidas.

Mas queremos ir mais longe e preparar a Região para multiplicar o esforço que tem sido levado a cabo nesta área. Queremos mais celeridade nas medidas conservacionistas e a criação de uma comunidade científica regional mais vasta, capaz de executar mais depressa. Neste âmbito, espero que o Governo Regional explique detalhadamente o que pretende fazer a curto e médio prazo.

Em termos de estratégia global, o nosso objectivo é dotar os frágeis ecossistemas marinhos dos Açores de uma ampla rede legal de protecção. Queremos que a Região seja uma referência mundial nesta área e que o nosso exercício de jurisdição marinha se caracterize pela extrema responsabilidade e rigor na criação e fiscalização de medidas de preservação ambiental.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A quarta questão que seleccionámos para este debate está relacionada com o conhecimento científico e a instalação das infra-estruturas e da tecnologia necessária para dar um sentido prático à criação de riqueza originada nas diferentes vertentes da chamada economia do mar. Nesta área, o conhecimento científico é fulcral para o desenvolvimento do enorme potencial existente.

É necessário conhecer de forma mais pormenorizada os recursos minerais e em combustíveis fósseis que se encontram no nosso leito do mar e no respectivo subsolo. Para isso, preconizamos a utilização nacional e regional dos recursos já existentes, nomeadamente os relacionados com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental. Para isto será necessário adaptar as valências e a capacidade tecnológica deste grupo de investigação, sendo que assim se lhe dará uma vida útil mais longa.

Para além disto é necessário, de uma forma geral, apostar na qualificação dos recursos humanos nas áreas da prospecção e extracção de recursos. É do conhecimento geral que o Governo Regional tem realizado um esforço renovado nesta área, nomeadamente no apoio a projectos de investigação e na criação de bolsas de pós-doutoramento e doutoramento. O que se solicita no âmbito desta interpelação é que o Governo Regional descreva de forma mais pormenorizada o que se está a fazer nesta área e que caminhos perspectiva para o futuro.



Defendemos precisamente os mesmos princípios em áreas como a biotecnologia marinha e o desenvolvimento das energias renováveis associadas ao mar. Nesta última área temos, há muito, instalado um sistema de coluna de água oscilante na Ilha do Pico. Trata-se de uma tecnologia de 1.ª geração. Neste âmbito, o que solicito ao Governo é a descrição das prioridades e de projectos concretos para o futuro.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Deixo, para uma próxima intervenção, outras questões relacionadas com outras actividades relacionadas com a economia do mar. Falo da função de lazer e turismo, da função de transportes e logística e da função pesca e alimentação. Estas são áreas mais tradicionais – e não menos importantes – da economia do mar. No entanto, existe uma muito maior visibilidade e conhecimento público em relação ao que está a ser feito e perspectivado nestas áreas. Por isso, e só por isso, centrei a minha intervenção nas questões que acabei de referenciar.

Disse!

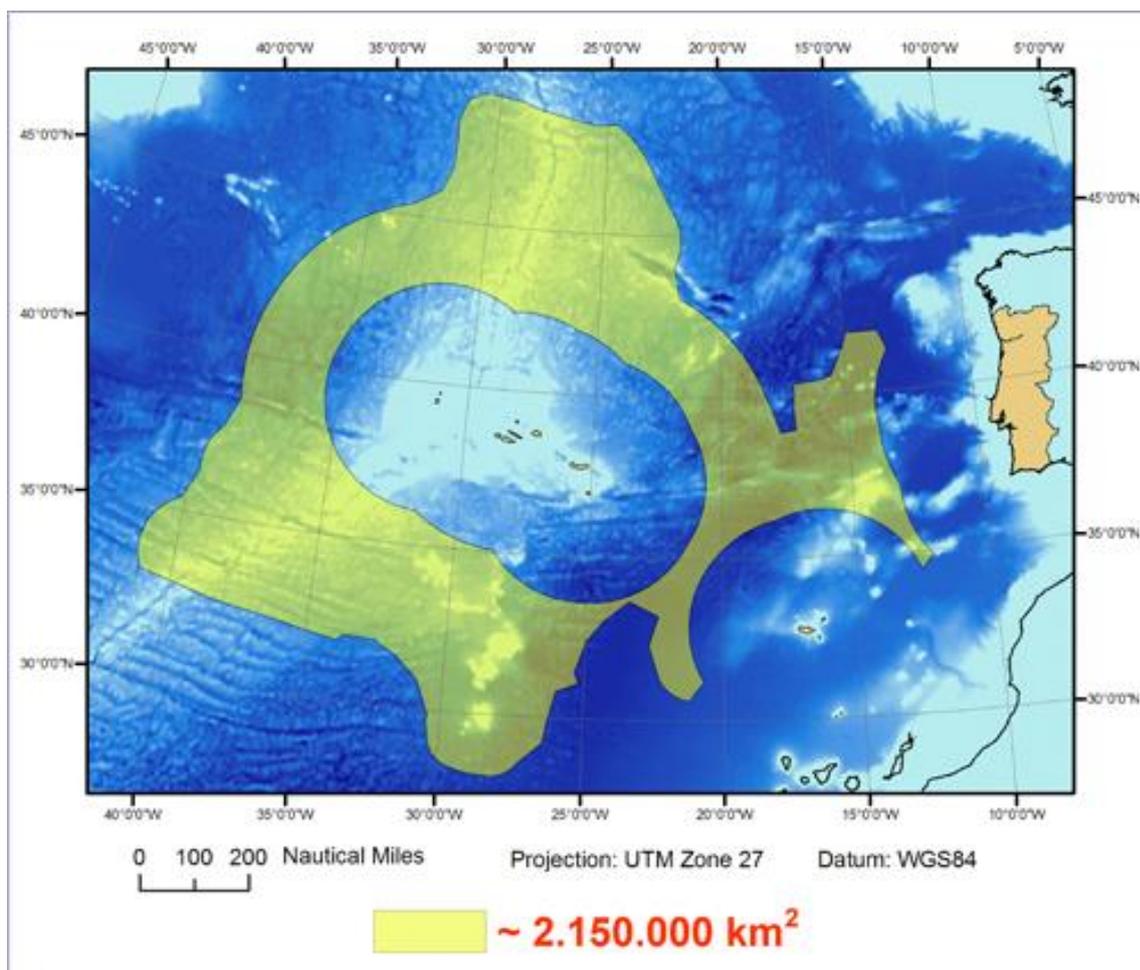


Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Parlamento dos Açores, 25 de Janeiro de 2011

O Deputado do PPM

(Paulo Estêvão)



Limites exteriores da extensão da plataforma continental de Portugal